



07ª Reunião Ordinária/2023

05 de outubro de 2023

Formato Presencial

Auditório E09, Escola de Gestão e Negócios, Unisinos

Horário: 14h – 16h30min

10

11

12 **PAUTA:**

13

14 1. Abertura;

15 2. Análise e aprovação da ata da reunião ordinária – 14/09/2023;

16 3. Capacitação sobre Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos – DRHS e ANA;

17 4. Priorização dos Programas do Plano de Ações PBH Sinos – Apresentação dos resultados;

18 5. Informes;

19 6. Assuntos Gerais.

20

21 **ATA ORDINÁRIA Nº 07/23 – REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA**

22 Aos cinco dias do mês de outubro do ano de 2023, a plenária do Comitêsinos se reúne às quatorze
23 horas, de forma presencial, no Auditório E09 005, Escola de Gestão e Negócios, Unisinos (Av.
24 Unisinos, 950 – Cristo Rei, São Leopoldo – RS, 93022-750). **Abertura:** a presidente Viviane Feijó
25 Machado dá as boas-vindas e agradece a participação dos presentes. **2) Análise e aprovação da ata**
26 **da reunião ordinária – 14/09/2023;** Não houve quórum para a aprovação da ata; **3) Capacitação**
27 **sobre Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos – DRHS e ANA;** Raíza Schuster (DRHS) inicia a
28 apresentação falando sobre a legislação estadual (Lei 10.350/1994). Ela reforça que os recursos obtidos
29 por meio da cobrança pelo uso dos recursos hídricos são de aplicação exclusiva na bacia de origem. É
30 vedada a formação de fundos. Ela fala sobre as diretrizes gerais referente ao valor da cobrança,
31 considerando uso, volume, consumo efetivo e classe do corpo d'água. Para lançamento de efluentes,
32 considera suas características, classe do uso e regime de variação quantitativa e qualitativa. Traz
33 também a questão da instituição das agências e a forma como isso aparece dentro da lei estadual. Por
34 fim, ela afirma que já foram feitas discussões sobre a modernização da Lei 10.350/94.

35 Giordano Bruno Carvalho (ANA) inicia faz sua apresentação sobre cobrança pelo uso da água no
36 Brasil. Ele fala sobre os objetivos da cobrança como instrumento de arrecadação. Faz um breve
37 histórico sobre como os estados do Ceará, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Paraíba
38 implementaram este instrumento. Por fim, ele apresenta alguns dos resultados entregues à sociedade
39 com esse recurso.

40 Sérgio Cardoso (Comitê Gravataí) afirma que existem diferenças entre as águas subterrâneas e
41 superficiais em termos de qualidade, e pergunta se há exemplos de cobrança referentes às águas
42 subterrâneas.

43 Giordano Bruno Carvalho (ANA) responde que os comitês estaduais costumam cobrar mais caro pelas
44 águas subterrâneas, visto que não precisa do mesmo tratamento que as águas superficiais e, também,
45 são vistas como um recurso estratégico.

46 Marco Muller (CICS Portão) pergunta se a implementação de uma agência é essencial. Ele fala da luta
47 de 29 anos do Comitesinos.

48 Giordano Bruno Carvalho (ANA) diz que a lei nacional não exige agência, havendo a possibilidade de
49 uma delegatária. No entanto, lembra que a lei gaúcha delimita uma agência por região hídrica.

50 Everson Gardel (SEMAE) parabeniza a diretoria pela iniciativa. Em seguida, pergunta sobre o acesso
51 à recursos federais, citando alguns programas da Agência Nacional de Águas.

52 Giordano Bruno Carvalho (ANA) afirma que os programas citados ainda existem. Vários segmentos
53 empresariais se beneficiam por participarem de políticas ambientais ganhando selos de
54 responsabilidade ambiental, por exemplo.

55 Wagner (AGESAN) pergunta se é possível equiparar as agências de saneamento com as agências de
56 águas.

57 Giordano Bruno Carvalho (ANA) responde que a própria ANA agora inclui saneamento básico. Ele
58 afirma que é uma pergunta que exige reflexão sobre a possibilidade das agências de saneamento
59 assumirem outras funções.

60 Cassius (Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Santo Antônio da Patrulha) pergunta se os
61 valores investidos em infraestrutura dependem da gestão de cada comitê ou estado.

62 Giordano Bruno Carvalho (ANA) afirma que as delegatárias possuem um índice de agilidade e
63 eficiência cada vez maior, e que alguns comitês já utilizaram todo o recurso. Ele sugere que o
64 Comitesinos convide André Marques, da AGEVAP.

65 **4) Priorização dos Programas do Plano de Ações PBH Sinos – Apresentação dos resultados;**

66 Raíza Schuster (DRHS) apresenta o trabalho do GT Plano de Bacia, trazendo os resultado apresentados
67 na plenária anterior. Ela fala sobre o formulário divulgado entre os membros, apresentando a
68 metodologia e os resultados finais.

69 Julianna Schefer (CORSAN) lembra que o Plano de Bacia foi feito em 2014, e pergunta se há previsão
70 para atualização.

71 Raíza Schuster (DRHS) afirma que a intenção era fazer isso agora, focando nas ações prioritárias. Uma
72 revisão tradicional não está nos planos do departamento. A ideia do DRHS é utilizar outros
73 instrumentos, e não apenas o Plano de Bacia.

74 Sérgio Cardoso (Comitê Gravataí) parabeniza o Comitesinos pela iniciativa, e fala sobre o trabalho
75 sendo feito no Comitê Gravataí.

76 Raíza Schuster (DRHS) afirma que o Comitesinos está fazendo seu trabalho, e que a operacionalização
77 provavelmente ficará a cargo do SIOUT, que ainda não está preparado para isso.

78 Sérgio Cardoso (Comitê Gravataí) lembra que os comitês de bacia do estado defenderam o SIOUT.

79 Fernando (DRHS) fala que o departamento tem a lista do que foi implementado e do que não foi.
80 Afirma que a maioria das ações são de caráter geral, e que podem ser implantadas em todas as bacias,
81 e que o SIOUT talvez tenha sido o projeto que mais destravou ações.

82 Ximena Cardozo (Ministério Público) parabeniza o trabalho, e afirma que a priorização possibilita
83 enxergar muitas coisas.

84 Arno Kayser (Movimento Roessler para Defesa Ambiental) diz que um novo plano de bacia não seria
85 tão diferente do anterior, visto que não houve mudanças tecnológicas significativas neste setor.

86 Também fala que a questão da disponibilidade hídrica e do enfrentamento às cheias, ambas citadas na
87 priorização, podem ser ações integradas.

88 **5) Informes;**

89 A presidente Viviane Feijó Machado fala sobre o Programa de Revitalização, que já está com a licitação
90 para estudo de regularização de vazões e equilíbrio do balanço hídrico em fase de abertura de envelope
91 de preços.

92 A deliberação CBHSINOS 111/2023, que prorroga a atual gestão do Comitesinos até abril de 2024,
93 será pauta da próxima reunião do CRH.

94 O GT Cobrança entrou em fase de diálogo com as categorias indústria, abastecimento público e
95 produção rural, e a próxima reunião deverá contar com a presença dos representantes.

96 O GT APA Arco dos Morros foi montado, e a primeira reunião deverá acontecer nas próximas semanas.

97 A Metroplan respondeu a solicitação feita na plenária anterior para que se fizesse um estudo de
98 ampliação do tempo de retorno na Bacia do Rio dos Sinos, negando que este estudo seja feito agora,
99 visto que está previsto somente para 2028.

100 Kelli Andrade (APSG) faz um breve relato sobre a última reunião da Câmara Técnica de Águas
101 Subterrâneas.

102 **6) Assuntos Gerais;**

103 Não houve inscrições para assuntos gerais.

104 A presidente agradece a presença de todos e encerra a reunião. E, para constar, Eu Samuel Campos
105 lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela presidente, pelo vice-presidente e
106 pela secretária executiva.

107 Anexo: lista de presença.

108

109

110

111

112

São Leopoldo, 05 de outubro de 2023.

113

114 Samuel Campos
115 Apoio ADM

Daniel Pereira
Vice-presidente

Viviane Machado Feijó
Presidente

116

117